

Diário Notícias  13-01-2007	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	148 cm <sup>2</sup>
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	N/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	11

EM CARTA AO PARLAMENTO EUROPEU

# Luís Amado acusa Ana Gomes de “má-fé”

① **Fernando de Sousa**  
Bruxelas

O ministro dos Negócios Estrangeiros considera que algumas perguntas da eurodeputada Ana Gomes, no quadro da investigação dos voos da CIA na Europa, foram feitas “de má-fé”.

Esta posição foi expressa numa carta, a que o DN teve acesso, endereçada por Luís Amado ao eurodeputado Carlos Coelho, presidente da Comissão Temporária para a investigação de alegadas ilegalidades cometidas pela CIA em território europeu, com o transporte de prisioneiros para onde poderiam ser torturados. Luís Amado considera que tem havido “graves e persistentes equívocos” na investigação deste caso, no que se refere ao Governo português e presta alguns esclarecimentos, na esmagadora maioria a questões pos-

tas por Ana Gomes.

Amado critica as referências de Ana Gomes, “com alguma imprecisão de análise”, de que há falta de controlo por parte das autoridades quanto à circulação de aviões. Depois de referir que este procedimento se integra no “estrito condicionamento da legalidade internacional vigente”, o ministro considera que tal crítica “não pode deixar de ser apelidada de má-fé, para além de ser uma desviada prossecução do interesse público”.

No que se refere a um pedido de informações, a 11 de Dezembro do ano passado, o ministro

**MNE acusa Ana Gomes de “desviada prossecução do interesse público” em carta ao Parlamento Europeu**

refere: “Com surpresa minha, que oportunamente manifestei, um membro da Comissão Temporária a que V. Exa. preside, fixou, unilateralmente, uma semana de prazo de resposta e, mais grave, deu o seu decurso por afirmação segura de que o Governo português não poderia senão confirmar os elementos constantes daquele pedido de esclarecimentos”. Ana Gomes indicou, na altura, que esse prazo se deveu à data limite para a apresentação de emendas ao projecto do relatório final da comissão temporária.

Luís Amado considera que “parece razoável que se duvide da boa fé de um pedido extenso de esclarecimentos com uma condição interpretativa nele aposta à margem das mais elementares regras jurídicas, para não dizer democráticas”. As respostas a este pedido de esclarecimento, são incluídas no final da carta. I

